



Boletim MacroFiscal da SPE

Março de 2022

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA

Subsecretaria de Política Fiscal

Subsecretaria de Política Macroeconômica

Boletim MacroFiscal da SPE

Brasília
Março de 2022

Ficha Técnica

Ministro da Economia

Paulo Roberto Nunes Guedes

Secretário da Política Econômica

Pedro Calhman de Miranda

Subsecretário de Política Macroeconômica

Fausto José Araujo Vieira

Subsecretário de Política Fiscal

Bernardo Borba de Andrade

Equipe técnica responsável

Alexandre Rodrigues Loures

Carlos Henrique Coelho de Andrade

Démerson André Polli

Elder Linton Alves de Araújo

Gustavo Miglio de Melo

Hébrida Verardo Moreira Fam

João Paulo de Farias Rufino

Leonid Garnitskiy

Luís de Medeiros Marques Hashimura

Sérgio Ricardo de Brito Gadelha

Silas Franco de Toledo

Vicente Ferreira Lopes Filho

Wesley Washington Lourenço Figueredo

Yuri Medeiros de Andrade

Projeto gráfico e diagramação

André Oliveira Nóbrega

Índice

01 - Panorama Geral	4
02 - Conjuntura	6
03 - Projeção de curto prazo	7
04 - Projeção de médio prazo	8
05 - Projeção de inflação	9
06 - Box: Retomada do mercado de trabalho	10
07 - Box: Desempenho Fiscal - 2021	12
08 - Box: Resultado Primário e Expectativas para a Dívida Bruta	14



Panorama Macroeconômico

O Panorama Macroeconômico é um conjunto amplo de indicadores de conjuntura e de projeções da Grade de Parâmetros para o processo orçamentário, produzido pela SPE. Apresenta dados selecionados de atividade econômica: PIB, produção setorial, emprego e renda, preços e inflação, crédito e mercado financeiro, política fiscal, setor externo e economia internacional.

Boletim disponível pelo QR-Code ou na página da SPE <http://www.fazenda.gov.br/orgaos/spe>



Prisma Fiscal - SPE

O Prisma Fiscal/SPE é um sistema de coleta de expectativas de mercado para acompanhamento das principais variáveis fiscais brasileiras. Apresenta projeções de analistas do setor privado, em bases mensais e anuais, para as seguintes variáveis: arrecadação das receitas federais, receita líquida do governo central, despesa primário do governo central, resultado primário do governo central, resultado nominal do governo central e dívida bruta do governo geral.

Endereço da página do Prisma Fiscal/SPE www.fazenda.gov.br/prisma-fiscal

RESUMO

- A estimativa de crescimento do PIB brasileiro para 2022 foi revisada de 2,1% para 1,5%. A partir do próximo ano em diante, a projeção de crescimento foi mantida em 2,5%.
- A expectativa para a taxa de inflação (IPCA) de 2022 aumentou de 4,70% para 6,55%. A partir de 2023, espera-se convergência da inflação (IPCA) para a meta de 3,25%. Em relação ao INPC, a projeção para 2022 elevou-se de 4,25% para 6,70%.
- Entre fatores positivos para impulsionar o crescimento em 2022, elencam-se a taxa de poupança elevada, a recuperação do setor de serviços, a contínua melhora do mercado de trabalho e o robusto investimento, tanto privado como em parceria com o setor público. Ressalta-se o alto volume de investimento contratado para 2022.
- Ao mesmo tempo, existem riscos neste ano a serem monitorados, notadamente a guerra na Ucrânia e seus impactos nas cadeias globais de valor, que já apresentam gargalos devido à pandemia. Adicionalmente, o risco da pandemia sobre o crescimento econômico e a inflação continuam sendo avaliados.
- Os bons resultados fiscais podem ser observados nos números dos resultados primários e nas estatísticas de endividamento. Para 2022, o mercado tem consistentemente reduzido sua projeção para a relação dívida/PIB, conforme mostrado pelas projeções do Prisma Fiscal elaborado por esta Secretaria.
- Com reformas pró-mercado e o aprofundamento da consolidação fiscal, busca-se lançar as bases para o crescimento econômico de qualidade e sustentável.

Projeções	2022	2023
PIB real (%)	1,50	2,50
PIB nominal (R\$ bilhões)	9.647,3	10.470,3
IPCA acumulado (%)	6,55	3,25
INPC acumulado (%)	6,70	3,25
IGP-DI acumulado (%)	10,01	4,42

Panorama geral

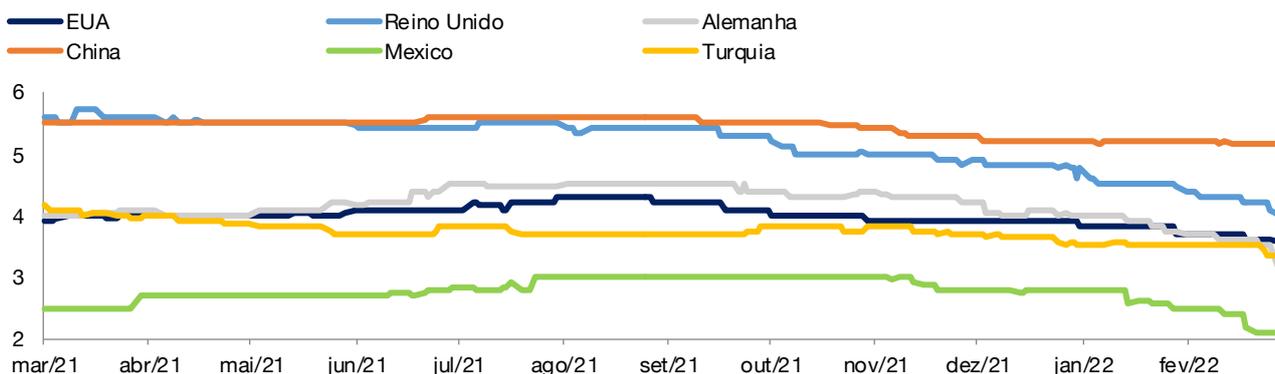
O crescimento do PIB brasileiro foi revisado em 2022 para 1,5%, redução de 0,6 p.p. quando comparado às estimativas divulgadas em novembro de 2021. Para os próximos anos, os valores foram mantidos em 2,5%, conforme apresentado nas grades de parâmetros anteriores. Destaca-se que os principais fundamentos para o aumento do PIB neste ano continuam presentes, a saber, forte expansão do mercado de trabalho, aumento do investimento, maior robustez do setor de serviços e manutenção do processo de consolidação fiscal. Em relação à elevação da projeção de inflação, a principal contribuição provém do aumento dos preços internacionais das commodities agrícolas e, principalmente, energéticas, em meio às tensões ocorridas no Leste Europeu.

A maior parte da revisão da projeção de crescimento no ano corrente deve-se às revisões estatísticas, oriundas da atualização das contas nacionais de 2019, divulgada pelo IBGE em dezembro de 2021, e do crescimento menor que o projetado no segundo semestre de 2021. Os setores mais afetados negativamente no final do ano passado foram a indústria e o setor agropecuário, cuja produção foi prejudicada, em grande medida, pela ampliação dos gargalos nas cadeias globais e pela maior crise hídrica em quase 100 anos, respectivamente.

Em relação à conjuntura internacional, as projeções coletadas dos analistas de mercado indicam revisão negativa da atividade para as principais economias globais. Observa-se que as mudanças ocorrem desde o final do terceiro trimestre do ano passado, com revisões maiores para alguns países após o início do conflito no Leste Europeu. A maior inflação global e a consequente redução dos estímulos monetários e fiscais, ainda que estejam em território expansionista, ajudam a explicar as menores estimativas para as expansões das economias selecionadas para 2022.

Para 2022, apesar dos efeitos da maior incerteza global, decorrente da guerra na Ucrânia, e do menor carregamento estatístico do PIB, os fundamentos para o crescimento continuam presentes, principalmente com o possível arrefecimento dos choques negativos de oferta como a crise hídrica, quebra de cadeias de valor e pandemia. No box “A retomada do mercado de trabalho” indica-se que a taxa de desemprego foi reduzida ao patamar anterior à pandemia. A melhora desse indicador é resultado da forte recuperação do emprego e do retorno dos brasileiros ao mercado de trabalho. Desde agosto de 2020, o momento mais crítico da recessão, foram criados quase 11 milhões de postos de trabalho, considerando a série com ajustes

Projeção de crescimento 2022 (%)



Fonte: Bloomberg

sazonais. Outra análise que confirma a robustez deste mercado é o crescimento médio de mais de 700 mil vagas por mês em 2021. A recuperação do trabalho permite que o setor de serviços apresente bom desempenho: o nível de produção, segundo a PMS, está no maior patamar desde junho de 2015. Espera-se que a continuidade da melhora da taxa de participação siga possibilitando a abertura de novos postos de trabalho neste ano.

Outra fonte importante para o crescimento é o aumento dos investimentos privados. Conforme notas divulgadas por esta Secretaria, a intenção de investimento dos empresários para os próximos seis meses e a produção de bens de capital se encontram em patamares elevados em relação ao padrão histórico. Recentemente, estimou-se que as concessões em parceria com o setor privado neste ano serão de R\$ 78 bilhões, o que equivale a um crescimento de 2,3% do investimento, com impacto de 0,45% no PIB.

Sobre a consolidação fiscal, os boxes “Desempenho fiscal em 2021” e “Resultado primário e expectativas para a dívida bruta” apontam para os bons indicadores fiscais do Brasil. Destaca-se a posição favorável do Brasil quando comparada à dos países com maior PIB. Adicionalmente, utilizando as projeções realizadas em 2018, observa-se o bom desempenho das contas públicas, mesmo considerando o cenário mais positivo que engloba as reformas fiscal e microeconômica. Prospectivamente, há melhora das estimativas do endividamento público para 2022. A mediana das projeções realizadas pelo mercado para a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) em março alcançou o menor patamar desde o início da pandemia. Em suma: tanto os resultados passados quanto as estimativas do mercado para o ano corrente confirmam a continuidade do processo de consolidação fiscal.

Por fim, ao se fazer a decomposição da taxa de crescimento do PIB de 1,5%, pressupõe-se um aumento de 0,5% no 1T22 em relação ao trimestre imediatamente anterior, o que é consistente com as projeções recentes de mercado. Para os demais trimestres de 2022, projeta-se uma variação média de 0,4%. Deve-se pontuar que o padrão histórico da variação trimestral na margem média em anos posteriores às retomadas da atividade, como o ano atual, está entre 0,4% e 1,5%. No período de 2017-2019, a variação anual média foi de 0,3%-0,6%. Dessa forma, indica-se que a projeção para 2022, resultado da modelagem apresentada na próxima seção, é consistente com a estimativa de mercado no 1T22 e com o padrão histórico da economia brasileira.

Cresc. Médio trimestral de 2T-4T	Cresc. 1T22 - margem		
	Focus: 0.07%	Mediana 0.4%	1T desde 2016
0,0	0,31	0,69	0,83
0,1	0,44	0,82	0,97
0,2	0,58	0,96	1,11
0,3	0,72	1,09	1,24
0,4	0,85	1,23	1,38
0,5	0,98	1,36	1,51
0,6	1,12	1,50	1,65
0,7	1,26	1,63	1,78
0,8	1,39	1,77	1,92
0,9	1,53	1,90	2,05

Conjuntura

A economia brasileira demonstrou vigorosa retomada da atividade em 2021, ante os impactos da pandemia de Covid-19. Ao registrar alta de 4,6% do PIB em 2021, este desempenho mais que compensou a queda de 3,9% ocorrida em 2020. Assim, voltou-se ao nível da atividade anterior à crise, mostrando uma recuperação econômica em “V”, além de abrir caminho para o retorno a uma trajetória sustentada em 2022 e nos anos seguintes.

No 4º Trimestre de 2021, o PIB apresentou alta de 0,5% ante o trimestre anterior, com ajuste sazonal, após dois trimestres de relativa estabilidade. Destaque para a agropecuária (5,8%), com recuperação da safra após perdas dos trimestres anteriores devido a reverses climáticos. Os serviços, por sua vez, cresceram 0,5%. Houve queda na indústria (-1,2%), devido a gargalos na produção nos ramos de transformação decorrentes da escassez de insumos, efeito da quebra de cadeias globais. Como destaque positivo, tem-se o bom desempenho da construção (1,5%).

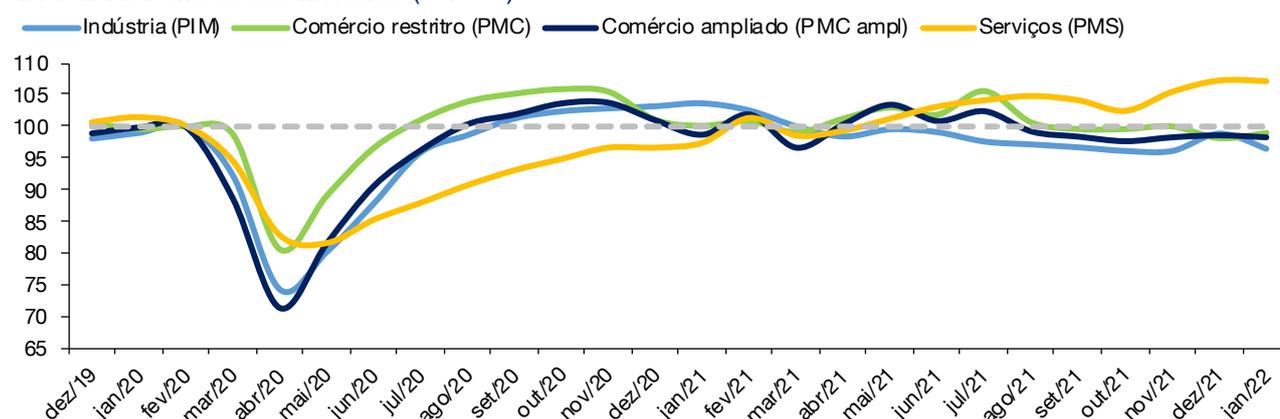
No início de 2022, há indicadores que apontam continuidade da recuperação econômica. Em fevereiro/22, a estimativa de safra (LSPA/IBGE) era de 261,6 milhões de toneladas para 2022, aumento de 3,3% ante o ano anterior e novo recorde na produção de grãos. No comércio (PMC/IBGE), o volume de vendas no varejo restrito teve alta de 0,8% em janeiro/2022 ante o mês anterior com ajuste sazonal. Por sua vez, nos serviços (PMS/IBGE), houve leve recuo de 0,1% em janeiro/2022, com ajuste sazonal. Ainda assim, os serviços cresceram 12,2% em 12 meses, com destaque para alta a recuperação dos serviços às famílias, ramo que foi mais impactado pelos efeitos da pandemia. Já na indústria, os resultados de janeiro/2022 apontam

queda da produção (-2,4%) ante o mês anterior, com ajuste sazonal. Mesmo com esse resultado do mês, a indústria cresceu 3,1% no acumulado em 12 meses, com destaque para os bens de capital (25,5%), na comparação por categoria de uso.

Os indicadores de confiança (FGV) mostraram recuperação em fevereiro/2022 e voltaram a apontar melhora, com alta na margem (com ajuste sazonal) entre empresários da construção e do comércio e entre consumidores. Contudo, ainda tem havido recuo na confiança da indústria e dos serviços devido aos reflexos de incertezas do ambiente externo. Outros indicadores antecedentes e coincidentes de atividade também apontam continuidade da recuperação econômica em fevereiro/2022, tais como o fluxo de veículos pesados (ABCR), 1,1% ante o mês anterior, com ajuste sazonal; a carga de energia (ONS), 2,5%; a atividade do comércio (Serasa), 0,4%; as consultas de vendas (ACSP), 3,3%; e a produção de veículos, com alta de 0,7%, nessa mesma base de comparação.

No mercado de trabalho, a retomada da atividade tem gerado novas oportunidades de geração do emprego e já mostra sinais de importante recuo da taxa de desocupação. Segundo a PNAD Contínua/IBGE, a taxa de desocupação demonstra que o desemprego recuou para 11,1% da força de trabalho no trimestre terminado em dezembro/2021. Quanto ao detalhamento dos registros do emprego formal (carteira assinada), os dados do CAGED corroboram a expansão dos novos postos de trabalho. Mensalmente, foram criadas, em média, quase 230 mil vagas e, com isso, acumulados 2,7 milhões de postos formais no ano de 2021. Em janeiro de 2022, o CAGED apontou a criação de 155 mil novas vagas.

Brasil: Retomada da Atividade (setores)



Fonte: IBGE.

Projeção de curto prazo

A projeção de crescimento do PIB para o 1T22, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, é de 1,0%. Essa previsão, feita com técnicas de nowcasting contábil e econométrico, representa uma variação de 0,5% em relação ao 4T21 (com ajuste sazonal) e reflete a continuidade da recuperação econômica no 1T22, com base nos indicadores positivos do investimento, sobretudo o privado, e na retomada do mercado de trabalho.

Para o setor agropecuário, projeta-se crescimento de 1,2% no 1T22 em relação ao 4T21 (com ajuste sazonal) e recuo de 3,0% na variação interanual (1T22 comparado com 1T21). Em fevereiro de 2022, a estimativa do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE para este ano foi de aumento na produção de grãos de 3,3% em relação à safra de 2021. Esse desempenho deve resultar em 261,6 milhões de toneladas de grãos em 2022, representando uma safra recorde. Conforme a LSPA, espera-se que a área a ser colhida em 2022 seja 3,9% maior que a de 2021.

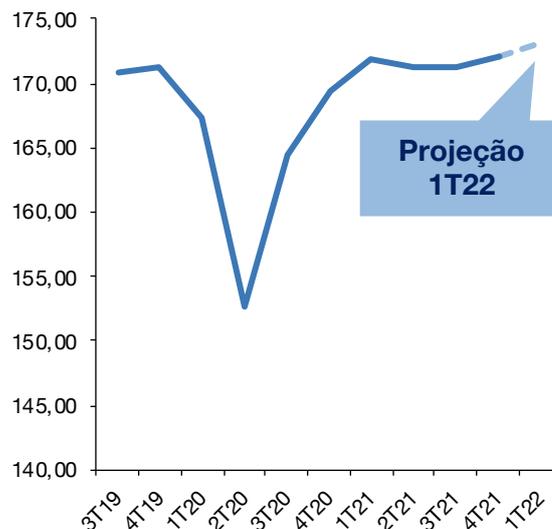
Para a atividade industrial, projeta-se um recuo de 3,6% no 1T22 em comparação com o 1T21, ao passo que a redução prevista na margem (contra o trimestre imediatamente anterior e com ajuste sazonal) é de 1,0%. Conforme os dados da última Pesquisa Industrial Mensal (PIM) divulgada pelo IBGE, a produção industrial em janeiro de 2022 recuou 2,4% em relação a dezembro de 2021, na série com ajuste sazonal. Na comparação interanual, a indústria extrativa apresentou queda de 6,7%, enquanto a indústria de transformação registrou recuo de 7,3%.

Para o setor de Serviços no 1T22, projeta-se crescimento de 2,6% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Na margem, a previsão é de aumento de 0,4%. A Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), do IBGE, referente a janeiro de 2022, mostrou que as vendas no comércio varejista restrito cresceram 0,8% em relação ao mês anterior (com ajuste sazonal) e tiveram queda de 1,9% na comparação interanual. Dessa forma, projeta-se retração de comércio na ordem de 2,6% no 1T22 quando comparado ao 1T21. Contudo, com a recuperação robusta do mercado de trabalho em curso, espera-se crescimento do setor de serviços no 1T22. O Indicador de Atividade Econômica da SPE (IAE/SPE) para o mês de fevereiro mostra aumento de outros serviços e de informação e comunicação, de modo que se projeta elevação desses setores em 8,4% e 11,5%, respectivamente, no 1T22 contra o 1T21.

Oferta	Var % sobre trimestre anterior (com aj. saz.)		Var % sobre mesmo trimestre do ano anterior	
	4T21	1T22	4T21	1T22
PIB	0,5	0,5	1,6	1,0
Agropecuária	5,8	2,0	-0,8	-3,0
Indústria	-1,2	-0,8	-1,3	-3,4
Serviços	0,5	0,4	3,3	2,6

Nota: Os dados referentes ao 1T22 são projeções realizadas pela SPE em 11/mar/22
Fonte: IBGE e SPE

PIB



Dados com ajuste sazonal
Fonte: IBGE e SPE

Projeção de médio prazo

As projeções dos indicadores macroeconômicos da grade de parâmetros desta edição servirão como base para o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 1º bimestre de 2022 e para atualização dos parâmetros para o PLDO 2023. É necessário ressaltar que o conjunto de informações dos dados econômicos e financeiros utilizados para a estimação das variáveis da Grade de Parâmetros é limitado aos indicadores divulgados até o dia 09 de março, exceto as séries de preço que tiveram data-base na divulgação do IPCA (11/03).

A projeção do crescimento do PIB para o ano de 2022 foi revisada para 1,5%, ante a previsão de 2,1% do último Boletim Macrofiscal (de novembro de 2021). Para o ano de 2023 e os anos posteriores, a projeção de crescimento foi mantida em 2,5%. A metodologia utilizada para previsão do 2T22 e para os trimestres posteriores fundamenta-se em modelos econométricos de pequeno e médio porte e semiestruturais com estimação bayesiana.

O PIB nominal projetado para 2022 é de R\$ 9,65 trilhões, o qual, se observado, ficará acima do valor de 2021 em 11,2%. Este valor é devido ao aumento do crescimento real (1,5%) e aceleração do deflator para 9,5%.

Entre fatores positivos para impulsionar o crescimento em 2022, elencam-se a taxa de poupança elevada, a recuperação do setor de serviços, a contínua melhora do mercado de trabalho e o robusto investimento, tanto privado como em parceria com o setor público. No Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), estima-se que a contratação de investimentos programa-

dos (2019 a 2022) nos setores de infraestrutura seja da ordem de R\$ 1,3 trilhão, considerando valores a serem executados a partir de 2022. Os quase R\$ 80 bilhões de investimentos esperados em 2022 representam aproximadamente 1% do Produto Interno Bruto (PIB). Em termos do investimento apurado em 2021, esse valor corresponde a quase 5% da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) de 2021. No mercado de trabalho, conforme discutido no box a seguir, 8,5 milhões de pessoas ingressaram na população ocupada em 2021. Com a volta da taxa de participação e do nível de ocupação aos seus níveis históricos, estima-se crescimento do produto à taxa projetada de longo prazo (2,5%) no ano de 2023 e posteriores.

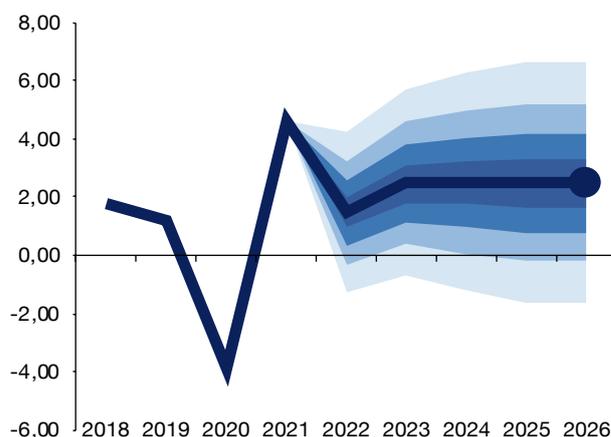
Ao mesmo tempo, existem riscos neste ano a serem monitorados, notadamente a guerra na Ucrânia e seus impactos na economia brasileira e no crescimento global, tais como possíveis quebras de cadeias globais de valor afetando a oferta, deterioração das condições financeiras e efeitos do conflito sobre o comércio internacional e o balanço de pagamentos do Brasil. Além disso, o risco de impactos da pandemia sobre crescimento econômico e inflação continua sendo avaliado.

Como em toda projeção, há incerteza inerente às estimações para o horizonte prospectivo. Desta maneira, usando a variância da previsão dos modelos considerados, é possível estimar diferentes cenários para o crescimento da atividade, segmentando-os em diferentes percentis. Observa-se que a variância das estimações aumenta a cada ano à frente, o que indica que as projeções de crescimento tendem a ser revistas à medida que a economia sofra novos choques.

Projeções do crescimento do PIB*				
Ano	Data da projeção			
	07/07 2021	08/09 2021	08/11 2021	09/03 2022
2022	2,51	2,50	2,10	1,50
2022	2,50	2,50	2,50	2,50
2023	2,50	2,50	2,50	2,50
2024	2,50	2,50	2,50	2,50
2025	2,50	2,50	2,50	2,50
2026	2,50	2,50	2,50	2,50

*(%) Percentual
Fonte: SPE

PIB real -% a.a.



Projeção de inflação

A projeção da taxa de inflação, medida por meio da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, para 2022 é de 6,55% e representa aumento de 1,85 p.p. em relação ao percentual projetado no Boletim Macroeconômico de novembro/2021, no qual a estimativa era de 4,7%. A projeção atual encontra-se acima da meta de inflação de 3,5% para o ano de 2022 e do limite superior do intervalo de tolerância para o ano (5,0%).

O IPCA de fevereiro/2022 foi de 1,01%, ou seja, 0,47 p.p. acima da taxa de janeiro (0,54%). No ano, o IPCA acumula alta de 1,56% e, em 12 meses, o índice total acumulou alta de 10,54%. O grupo Alimentação e bebidas apresentou variação de 9,12% no acumulado em 12 meses até fevereiro/22. Por seu turno, o grupo Transportes apresentou desaceleração no acumulado em 12 meses, passando de 20,41% em janeiro para 18,26% em fevereiro/2022. Combustíveis (veículos) segue sendo o item que mais pressionou o IPCA dentro do grupo Transportes, apresentando um impacto de 2,42% no acumulado em 12 meses.

A inflação de serviços acelerou em fevereiro/2022, com um valor de 1,36%, o que representou uma alta de 0,97 p.p. em relação a janeiro (0,39%). Já no acumulado em 12 meses até fevereiro/2022, a inflação de serviços foi de 5,95%, alta de 0,85 p.p. em relação ao mês anterior (5,1%). Os preços monitorados apresentaram aceleração em bases mensais, saindo de -0,35% em janeiro/2022 para 0,12% em fevereiro/2022. Já no acumulado em 12 meses até

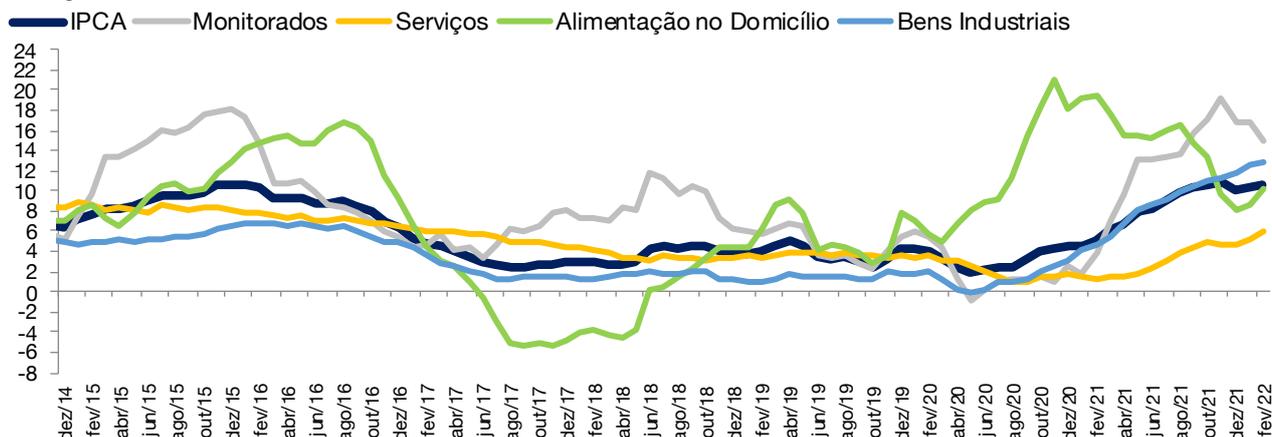
Inflação 2022 - projeção (Grade)*				
Data base para projeção da inflação	jul/21	set/21	nov/21	mar/22
IPCA	3,50	3,75	4,70	6,55
INPC	3,42	3,80	4,25	6,70
IGP-DI	4,72	4,70	5,42	10,01

*(%) Percentual ao ano

fevereiro/2022, monitorados desacelerou, atingindo 15,03%, ante 16,83% no acumulado em 12 meses até janeiro/2022. Finalmente, a inflação de bens apresentou estabilidade tanto em bases mensais (1,32%) quanto no acumulado em 12 meses até fevereiro/2022 (11,82%).

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) deverá encerrar o ano de 2022 com variação de 6,70% devido à influência dos mesmos movimentos discutidos acima para o IPCA. Já a inflação projetada para o IGP-DI em 2022 é de 10,01%, acima da variação verificada na grade anterior (5,42%), mas inferior à taxa registrada em 2021 (17,74%). Cabe lembrar que o IGP-DI tem uma abrangência maior do que apenas o consumidor final, englobando também o setor atacadista e o custo da construção civil. Para os anos posteriores, espera-se que a inflação em geral desacelere e que o IPCA se aproxime do centro da meta.

Inflação IPCA (ac. 12 meses)

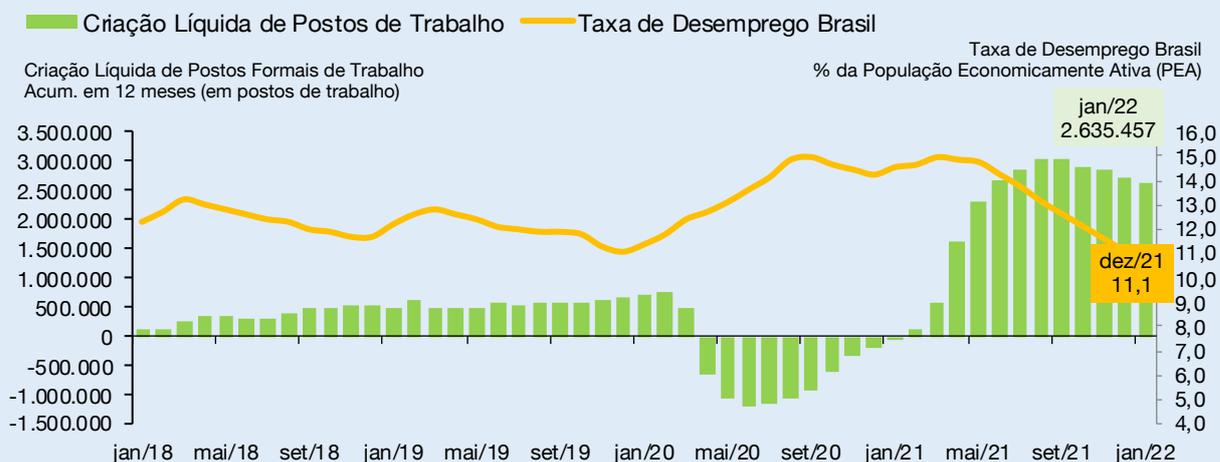


Retomada do mercado de trabalho

O mercado de trabalho vem se recuperando de forma consistente desde o pior período da crise causada pela pandemia. A população ocupada retornou aos patamares anteriores à pandemia e a taxa de desocupação recuou para nível abaixo do observado no segundo semestre de 2019. Ademais, a taxa de participação e a taxa composta de subutilização da força de trabalho vêm apresentando melhoras constantes e significativas nos últimos trimestres.

A taxa de desocupação, após atingir 14,9% no 3T20, apresentou sucessivas quedas nos trimestres seguintes, chegando a 11,1% no 4T21. Esse valor representa uma redução de 3,1 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior (4T20) e de 1,5 p.p. em relação ao 3T21. Com esta evolução positiva, a taxa de desemprego retornou ao patamar observado em dezembro de 2019. A criação líquida de postos de trabalho no mercado formal de trabalho, de 2,7 milhões, medida pelo CAGED, foi expressiva ao longo de 2021, o que influenciou a ampliação da população ocupada e a respectiva redução da taxa de desocupação.

Saldos do CAGED e Taxa de desemprego PNADc (sem ajuste sazonal)



Fonte: IBGE - PNAD Contínua; e ME - CAGED (dados ajustados).

No 4T21, a população ocupada estimada atingiu 94,5 milhões de pessoas, considerando-se os dados com ajuste sazonal. Com esse resultado, o país retornou ao patamar registrado no mesmo trimestre de 2019. Dessa forma, 8,5 milhões de pessoas foram adicionadas ao total de população ocupada no ano de 2021 e quase 11 milhões em relação ao vale da crise do coronavírus (3T20), considerando o ajuste sazonal.

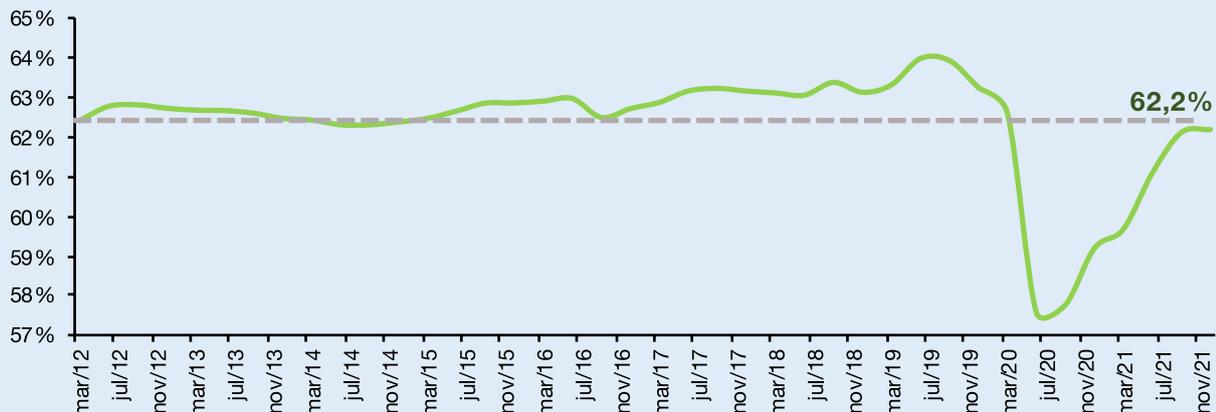
População Ocupada*



Fonte: IBGE. *Dados dessazonalizados pelo X12.

Com a expansão do emprego, traduzida pelo aumento da população ocupada, entre o 3T21 e o 4T21, foram incorporadas à força de trabalho 375 mil pessoas, considerando o ajuste sazonal (1,3 milhão sem ajuste). Como resultado disso, a taxa de participação – razão entre a força de trabalho e a população em idade de trabalhar – subiu para 62,2% com ajuste sazonal, levando esse indicador a níveis condizentes ao período pré-pandemia.

Taxa de participação



Fonte: IBGE. *Dados dessazonalizados pelo X12.

O aumento na população ocupada ocorreu em diversas atividades econômicas, porém de forma heterogênea. Considerando a média de 2021 vis-à-vis à média de 2020, o setor de construção foi o que apresentou o maior crescimento, com um aumento de 13,8% ou 845 mil pessoas adicionadas no contingente de ocupados. Em seguida, o setor agricultura e pecuária teve um aumento de 7,2%, o que representou um montante de 593 mil pessoas ocupadas. O setor de informação, comunicação e atividades financeiras ficou em terceiro lugar em termos de crescimento, com uma ampliação de 6,8% ou 711 mil na população ocupada, considerando a variação entre as médias dos anos 2021 e 2020.

Comércio e serviços, dois setores fortemente impactados pela pandemia, apresentaram crescimento no número de pessoas ocupadas entre 2021 e 2020. Quando comparado ao ano de 2020, o setor do comércio ampliou suas atividades em 5,4% em 2021, o que representou um acréscimo de 881 mil pessoas. Já o segmento de alojamento e alimentação, muito relacionado ao turismo, teve um aumento percentual de 5,4%, uma elevação de 238 mil pessoas. Por fim, a indústria, ainda que ainda não tenha conseguido recuperar as perdas de 2020, apresentou uma elevação de 3,9% ou de 446 mil pessoas, considerando a variação entre a média dos trimestres de 2021 e 2020.

Desempenho Fiscal - 2021

O desempenho fiscal do Brasil evoluiu de forma gradativa ao longo de 2021, reestabelecendo patamares mais positivos, após o expressivo déficit em 2020 com as ações necessárias ao combate da pandemia do coronavírus. Em 2021, o déficit primário do governo central foi de R\$ 35,9 bilhões (0,4% do PIB). Isso significa um resultado primário de cerca de R\$ 210 bilhões superior ao projetado na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO (R\$ 247 bilhões) ou R\$ 164 bilhões acima das projeções de mercado de junho/2021.

Evolução das projeções de mercado para o déficit primário do governo central para 2021

R\$ bilhões (valor realizado de R\$ 36 bilhões em destaque vermelho)



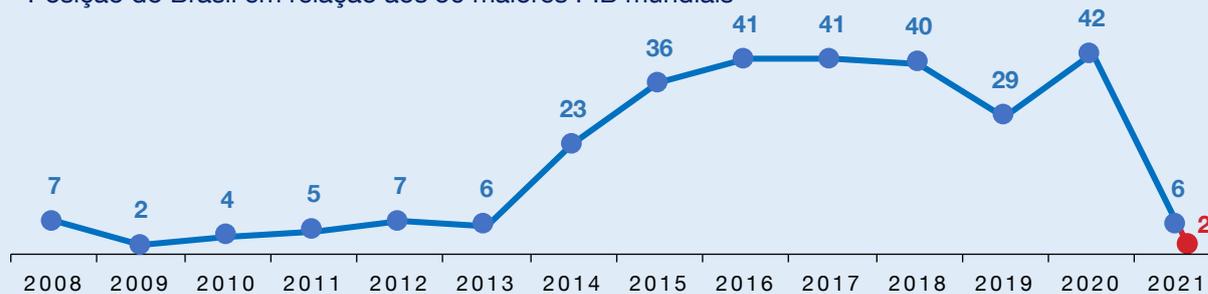
Fonte: Prisma fiscal/SPE

O resultado primário do setor público consolidado, divulgado pelo Banco Central, atingiu um superávit de R\$ 64,7 bilhões (0,75% do PIB) em 2021, o melhor valor desde 2013. Além disso, deve-se ressaltar a evolução significativa em relação ao déficit de 9,4% do PIB observada em 2020.

Em uma comparação internacional, utilizando-se estatísticas do Fundo Monetário Internacional (FMI) para os 50 maiores PIB mundiais, nota-se que o resultado primário do setor público consolidado brasileiro foi classificado como o 6º melhor, afastando-se de períodos recentes nos quais nosso resultado chegou a estar entre os 40 piores. Levando-se em conta o resultado primário do setor público consolidado de dezembro de 2021 acumulado em 12 meses, divulgado pelo Banco Central, a posição do Brasil em 2021 passou a ser a segunda melhor nesse rol de países, o que representa o melhor resultado primário brasileiro neste ranking desde 2009.

Resultado Primário (% PIB)

Posição do Brasil em relação aos 50 maiores PIB mundiais



Fonte: FMI

O controle dos gastos públicos, apoiado em medidas legislativas que permitiram a manutenção da sustentabilidade fiscal, foi determinante nos resultados fiscais do governo geral e do setor público consolidado, sobretudo mediante a limitação de alguns gastos obrigatórios. Desta maneira, o gasto governamental brasileiro em relação ao PIB em 2021 deixou o Brasil na 27ª posição dentre os 50 países com maiores PIB, o que não ocorria desde 2009.

Gasto gov (% PIB)

Posição do Brasil em relação aos 50 maiores PIB mundiais



A consequência direta dos resultados fiscais pode ser percebida nos indicadores de endividamento do setor público. Tanto a dívida líquida do setor público (DLSP) quanto a dívida bruta do governo geral (DBGG) registraram recuo em relação aos patamares de 2020, o que foi possível não só pelo controle dos gastos, mas também pelo aumento da arrecadação estrutural. A DLSP ficou em 57,3% em 2021, próxima aos patamares pré-crise sanitária, mas melhor do que o cenário previsto em 2018, que considerava reformas fiscais e microeconômicas no Panorama Fiscal Brasileiro. A DBGG, por sua vez, mesmo após o forte choque da pandemia, encerrou 2021 em 80,3%, ainda acima do seu nível de 2019, mas abaixo do cenário com reformas fiscais prevista no mesmo documento.

DBGG (% do PIB)



DLSP (% do PIB)



1 Considera o conta governo central mais governos regionais e empresas estatais não financeiras, exceto Petrobras e Eletrobras

2 O FMI utiliza o conceito de governo geral, enquanto o Banco Central divulga o resultado do setor público consolidado. Embora existam diferenças, observa-se que os valores históricos das séries são próximos e a correlação elevada.

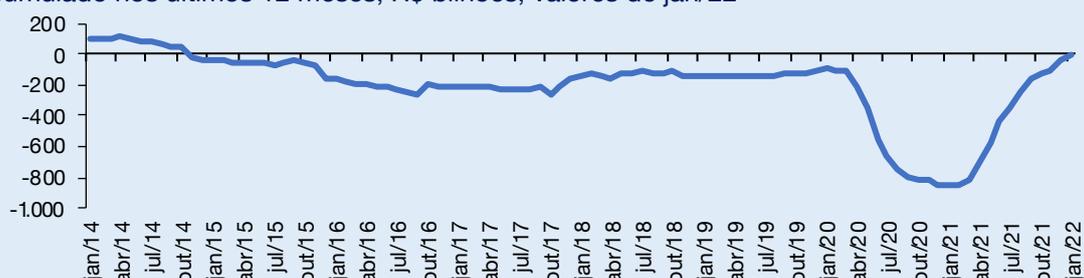
3 Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/analises-e-estudos/arquivos/2018/panorama-fiscal-brasileiro.pdf>

Resultado Primário e Expectativas para a Dívida Bruta

O Resultado Primário do Governo Central ao longo do biênio 2020-2021 indica a responsabilidade fiscal do Governo Central diante da crise de saúde que marcou esses dois anos e ainda tem marcado o início de 2022. Apesar das substanciais demandas orçamentárias e efeitos adversos no crescimento advindos dessa crise, o governo federal foi capaz de manter, a partir de meados de 2020, uma trajetória de retomada dos principais indicadores fiscais. O Resultado Primário do Governo Central, acumulado nos últimos 12 meses, em valores de janeiro/2022, mostra a expressiva melhora em relação ao ápice da pandemia no ano passado. Esse indicador fechou o ano de 2021 no valor deficitário de R\$ 9,7 bilhões, comparável aos resultados pré-crise de 2014-2016 e configurando-se o melhor resultado desde então. Destaca-se que, além de refletir a retomada do crescimento, esse resultado primário obtido reflete também o controle das despesas, em particular a finalização das medidas emergenciais tomadas ao longo de 2020 e 2021.

Resultado Primário do Governo Central

Acumulado nos últimos 12 meses, R\$ bilhões, valores de jan/22

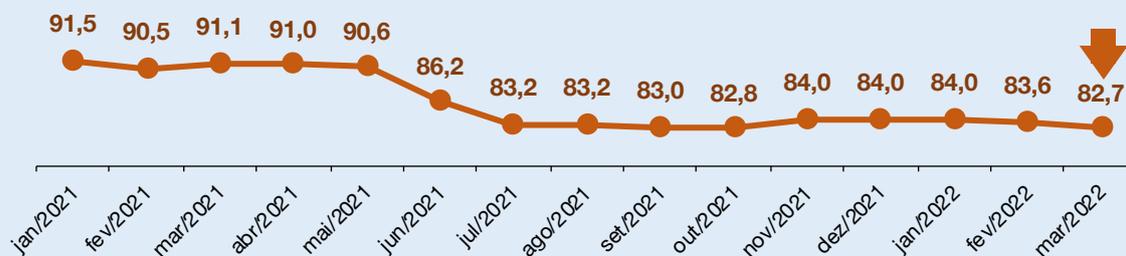


Fonte: STN/SETO/ME

Em consonância, o mercado tem consistentemente projetado valores menores para a relação dívida/PIB em 2022. A projeção (mediana) do Prisma Fiscal em janeiro/2021 para a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) iniciou 2021 acima de 90% e, de acordo com a última coleta do Prisma, a expectativa do mercado para a DBGG de 2022 é de 82,7%, o menor valor da série no período recente.

Evolução das Expectativas de DBGG

(% PIB) para 2022



Fonte: Prisma Fiscal (SPE/ME)

Dessa forma, percebe-se que tanto resultados recentes como expectativas de mercado para 2022 indicam resiliência da situação fiscal do País diante das pressões que se apresentaram ao longo dos últimos meses, fruto do controle dos gastos públicos e de medidas que permitiram a retomada do emprego e atividade.



SECRETARIA DE
POLÍTICA ECONÔMICA

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL